

O espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno da ditadura

CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR*

*“Os vencidos guardam o que de melhor o país tinha para oferecer:
Vítimas do poder, resistiram”.*

Daniel Aarão Reis Filho (1997)

Daniel Aarão Reis Filho merece o nosso respeito! O professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do CNPq, que fez sua graduação e mestrado na França, enquanto esteve exilado em Paris, e depois cursou o doutorado também em História na Universidade de São Paulo (USP), tem uma longa trajetória dedicada à universidade e há mais de três décadas pesquisa a nossa história recente. Não são muitos os intelectuais e pesquisadores com o currículo de Aarão.

Da mesma forma que Aarão, há outros catorze estudiosos que assinam artigos na coletânea *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (2014), organizada pelo historiador e professor titular da UFF, junto com Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, que podem ser classificados como competentes e respeitáveis pesquisadores. São quase todos bolsistas de produtividade, ensinam nas melhores universidades do país e ostentam vasto currículo.

Não obstante, Aarão não merece o nosso respeito somente pela sua trajetória acadêmica. Antes de se tornar um dos mais prestigiosos historiadores do Brasil, o professor da UFF fez parte da nossa história recente. Como membro da Dissidência

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: zacasenajr@uol.com.br.

Comunista da Guanabara, posteriormente chamada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Aarão integrou o grupo que ajudou a planejar o sequestro do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Burke Elbrick, no ano de 1969. O episódio, que culminou com a libertação de dezessete presos políticos, tornou-se célebre como um dos mais espetaculares atos da luta contra o regime instaurado no Brasil em 1964, tendo inaugurado uma fase heroica em que ocorreram vários outros sequestros de diplomatas estrangeiros com o objetivo de libertar prisioneiros.

É verdade que o professor da UFF não participou do grupo tático que executou o plano e que envolveu a Dissidência Guanabara e uma célula da Ação Libertadora Nacional (ALN), a mais importante organização brasileira da luta armada, liderada por Carlos Marighella. Todavia, a ditadura não perdoou o jovem Daniel, que foi preso nos anos 1960, vindo a sofrer bárbaras torturas, como seus companheiros do MR-8 e de outras organizações de esquerda. Por uma dessas ironias, Aarão foi, posteriormente, beneficiado pela prática de sequestrar diplomatas que ajudou a inaugurar na luta contra a ditadura e na defesa dos partidários da luta armada e da resistência democrática. O então dirigente do MR-8 foi libertado e banido do país, junto com outros 39 presos, trocado pelo embaixador alemão Ehrenfried Ludwig Von Holleben, sequestrado por um comando formado pela própria ALN, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em junho de 1970.

Por conta dessa trajetória, não há dúvidas de que Daniel Aarão é um intelectual de respeito, com uma história pessoal igualmente respeitável e com vasta produção historiográfica. Apesar disso, este comentário sobre a sua obra recente não é um elogio.

Apropriações da memória

Não há dúvidas de que quem escreve sobre a história contemporânea precisa enfrentar o tema da memória. O próprio Aarão tratou do assunto, embora nunca tivesse dedicado um livro exclusivamente a pensar sobre os meandros do rememorar. Em uma das vezes em que visitou mais consistentemente esse tema, empenhado que esteve em salvaguardar a memória de um dos seus companheiros envolvidos no sequestro de Charles Elbrick, Daniel Aarão e outros pesquisadores, jornalistas e ex-militantes, participaram da edição de um belo livro-homenagem. Com efeito, *Versões e ficções: o sequestro da história* (1997) pretendia preservar a memória de Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, e de outros dos militantes, do tratamento vilipendiador oferecido pelo filme *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto, com roteiro de Leopoldo Serran, inspirado na obra homônima de Fernando Gabeira. Jonas e demais personagens da nossa história recente haviam sido retratados de maneira bastante distorcida no filme que apresenta os militantes das organizações de esquerda como facínoras vestidos de uma fé cega na revolução e dispostos a todo tipo de vilanias, enquanto os torturadores foram retratados como personagens complexos, repletos de culpas e dúvidas. Por

conta disso, *Versões e ficções* vinha a propósito disputar a memória ao discurso hegemônico de fins dos anos 1990 (Reis Filho et al., 1997).

Surgido da necessidade de oferecer uma resposta à forma como o episódio e os personagens foram retratados, o que contribuiria para a absolvição da ditadura, *Versões e ficções* pretendia, entre outras coisas, repensar a forma como a memória é apropriada socialmente. Constituindo-se num *tour de force* na conjuntura dos anos 1990, marcada pela ideia do fim da história e da vitória incontestada da democracia liberal, *Versões e ficções* trouxe textos inéditos de Marcelo Ridenti e do próprio Aarão, além de entrevistas com personagens ligados ao período, artigos publicados em revistas e jornais que retrataram a polêmica em torno do filme como forma de disputar a memória, impedindo que esta assumisse um tom conciliador em relação ao passado. Sobre o assunto, o ex-membro do MR-8 afirmou: “Acho que esse filme se insere numa tendência que é marcante no Brasil de hoje, de recuperação dos anos [19]60 sob um prisma conciliador. Acho que, como sempre, há uma luta em torno da apropriação do passado” (Reis Filho, 1997, p. 86).

Para Aarão, o prisma conciliador presente na obra cinematográfica seguia uma tendência de ressignificação dos anos 1960 e 1970, que passaram a ser representados na literatura, na televisão e no cinema, como uma época alegre, de uma juventude aguerrida, mas tresloucada. Ao lado dessa perspectiva temporal, os movimentos revolucionários e a luta armada eram retratados como uma “grande aventura, no limite da irresponsabilidade” (Reis, 1997, p.34). Tal tendência aparecia na obra de Gabeira e também na de Zuenir Ventura, cujo *best seller 1968: o ano que não terminou* começava com o *réveillon* de 1968 e terminava com a “ressaca” do AI-5. A ressignificação da ditadura era uma tendência que o historiador e ex-militante pretendia combater (Reis Filho, 1997, p.86).

O espelho da memória

Talvez por conta do conhecimento da trajetória de Aarão, o leitor desaten- to fique profundamente desconfortável ao ler *A ditadura que mudou o Brasil*, especialmente quanto aos artigos escritos pelos organizadores, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, que também devem ser citados como eminentes figuras do mundo acadêmico e científico nacional. Eles se juntaram a Aarão, reeditando uma parceria de 2004, para aprofundarem a inflexão que começaram a fazer com a obra *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)* (2004). Com o fito de organizarem uma coletânea que aproveitava a passagem dos 50 anos do golpe, Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta aprofundaram uma tendência contra qual o professor da UFF outrora tinha se levantado. Aqueles que acompanharam os debates acerbos em torno, principalmente, dos 40 anos do golpe de 1964, já são sabedores dos caminhos percorridos pelo pensamento de muitos dos pesquisadores da ditadura, sobretudo por Aarão, que desde, pelo menos, o início do século XXI, vem reavaliando suas posições.

Sobre o assunto, duas vozes da academia, também bastante respeitáveis, já se ergueram contra o que classificaram como uma espécie de revisionismo presente na obra e nas posições esposadas por uma parcela da historiografia. Caio Navarro de Toledo, em artigo publicado na *Crítica Marxista* (n.19), intitulado “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”, foi direto ao ponto ao situar os conflitos de interpretação intensificados pela publicação de vasto material em jornais e revistas de ampla circulação no país por ocasião da passagem dos 40 anos do golpe (Toledo, 2004, p.28). Para este autor, tratava-se de revisionismo, já que na visão de acadêmicos “na conjuntura de 1964, todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o *golpismo*: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart”. Para Toledo, a tese apresentada dizia que, como não morriam de amores pela democracia, estavam todos dispostos a desfechar um golpe de Estado (Toledo, 2004, p.36).

A crítica de Toledo tinha como alvos principais as obras do jornalista Elio Gaspari (2002) e dos historiadores Marco Antonio Villa (2004) e Jorge Ferreira (2003), este último francamente influenciado pelo texto de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, publicado em 1993. Não obstante, se é de revisionismo que se trata ninguém menos do que o próprio Aarão deveria ser questionado. Isso porque, como alude Marcelo Badaró Mattos, “dado o foro de maior legitimidade” que se deve conferir a alguém que teve um passado de luta armada contra a ditadura, caracterizar as esquerdas como antidemocráticas, é, no mínimo, uma operação arriscada. Badaró, também professor da UFF como Aarão, refere-se a entrevistas que o seu colega concedeu ao jornal *O Globo*. Mas não fica nisso, pois toma a obra publicada em 2004 para justificar seu ponto de vista (Mattos, 2005, p.17-18). E apenas para confirmar esse movimento, veja-se a entrevista concedida por Aarão em *O Globo*:

A grande novidade nessa última década é que se fortaleceu uma corrente crítica à principal tendência da historiografia sobre o período. A história da ditadura que ainda permanece hegemônica no Brasil, encarnada em grande parte pelo Arquivo Nacional e em certa medida pela Comissão Nacional da Verdade, se recusa a considerar a ditadura nas suas complexas relações com a sociedade brasileira. Imagina que a ditadura foi imposta de cima para baixo e enfatiza, quase que exclusivamente, a resistência à ditadura. (...) É preciso estudar as complexas relações que se estabeleceram. Houve muita colaboração, cumplicidade, zigue-zagues.¹

Consolidava-se o movimento iniciado há quase duas décadas, e o historiador de esquerda que disputava a memória com o inimigo entregava os pontos.

1 Cf. “Daniel Aarão Reis: As conexões civis da ditadura brasileira”, *O Globo*, 15/2/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>>.

A democracia que mudou o historiador

Em 2014, Daniel Aarão, colunista de *O Globo* e bastante celebrado na imprensa, publicou duas obras sobre a ditadura que não escondem sua nova posição. Na obra coletiva e objeto principal deste comentário, Aarão assina o artigo “A ditadura faz 50 anos: história e cultura política nacional-estatista”, em que desenvolve um inusitado conceito de “cultura política nacional-estatista” que aplica a quatro momentos da nossa história do século XX: a ditadura do Estado Novo; os anos democráticos e “dourados” de JK; os “anos de ouro e de chumbo” do governo Médici e o período do governo Lula (2004, p.13-15). Na outra obra publicada em 2014, *Ditadura e democracia no Brasil*, o historiador da UFF retoma os principais temas presentes nos artigos da coletânea para desenvolvê-los sob o seu ponto de vista. Não por acaso, neste último livro, Aarão abre o seu texto, demarcando terreno com toda a historiografia sobre o tema, ao se referir à ditadura que durou... 15 anos!

Quase incrédulo, Mário Maestri se referiu a Aarão como o “homem que encurtou a ditadura brasileira”. Oxalá as palavras de Maestri tivessem o dom da profecia retrospectiva, mas se trata apenas de uma ironia. E posto que Aarão sequer explica ao leitor sua opção de se referir à ditadura, logo no primeiro parágrafo da sua obra, como tendo durado apenas 15 anos, é possível compreender porque o ex-militante do MR-8 faz hoje coro com Argelina Figueiredo e os teóricos da “escolha racional”. *Ditadura e democracia no Brasil* aborda muitos assuntos de forma panorâmica, mas é impossível concordar com o encurtamento da ditadura, contra a opinião de toda a literatura especializada; pois se se concebe o período a partir de 1979 como de “transição democrática”. Considerando-se seus dispositivos jurídicos e institucionais, iniciados com a revogação do AI-5 e a efetivação da abertura pelos generais-ditadores, não seria improvável esperar que toda a ditadura fosse também transicional. Isso porque se considerarmos os interstícios em que o arbítrio puro e simples coexistiu com mecanismos de democracia política, se atentarmos para a montagem do projeto de poder em curso e se pautarmos nossa apreciação exclusivamente pelo tema da política, terminaremos por ignorar que não são apenas os marcos jurídico-políticos-institucionais os definidores de uma época.

O que foi mesmo que mudou com (desde) a ditadura?

A ditadura que mudou o Brasil é um livro que serve a vários propósitos e não se pode dizer que o conjunto dos autores que assinam os artigos não nos ofereça uma boa história. Não obstante, há problemas que começam com o título, pois se considerarmos que houve mudanças desde a ditadura, qualquer historiador há de se perguntar quando é que não houve. Ou seja, partindo-se da premissa de que a história é sempre processo e mudança, só se pode conceber o título do livro como uma jogada de marketing que visa apresentar a polêmica antes que os termos do debate sejam estabelecidos. De outra forma, não há como não discutir

as implicações positivas do uso do verbo que compõe o título. Neste caso a ditadura efetivamente “mudou” o Brasil e suas marcas podem ser encontradas nas transformações econômicas, na nossa organização social e política, no legado do aparato repressivo, com a permanência das polícias e dispositivos militares, na forma como o Estado foi estruturado e como emergiu o projeto de Brasil potência. A propósito, não é uma das marcas da nossa tradição (“cultura política”?) a expectativa de que estamos condenados a liderar o mundo num futuro próximo, sintetizado na frase: “Brasil, o país do futuro”?

Se quisermos, podemos tomar os dois artigos de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein sobre as mudanças e transformações econômicas e sociais do tempo da ditadura para comprovar o que se disse acima e para endosso do título do livro. O problema é que os textos em tela, pela característica de trazer dados estatísticos sobre as mudanças e transformações em vários setores da sociedade, podem se prestar à confirmação da tese de que a ditadura continha um projeto de nação que modernizou o Brasil, tornando-o um país melhor. Numa palavra, apresentados sem uma devida matização das conjunturas internacionais e sem a necessária discussão sobre o padrão de acumulação que se estava gestando em benefício do aprofundamento das condições de dependência e associação dos capitais locais com os capitalistas internacionais, perde-se de vista o real significado do termo “mudança”.

As novas “falácias do revisionismo”

Os principais problemas do livro podem ser encontrados, entretanto, nos artigos de Daniel Aarão e Rodrigo Patto Sá Motta. Quanto ao artigo de Marcelo Ridenti, “As oposições à ditadura: resistência e integração”, apesar da dubiedade do título, não apresenta nenhuma pirueta teórica, nem inflexão profunda. Ridenti procura fazer um apanhado vasto da produção sobre o tema, construindo um texto sem maiores pretensões ou profundidade, a não ser quando discorre sobre a “modernização conservadora” e os aspectos que implicaram políticas que determinaram intervenções no contexto da consolidação da Revolução Burguesa no Brasil, em referência à obra de Florestan Fernandes.

Ainda assim, Ridenti não deixa de fazer concessões aos militares e às posturas revisionistas, especialmente quando cita a tese da “ditabranda”, apresentada em editorial da *Folha de S.Paulo*, de fevereiro de 2009.² Ao se referir às pesquisas sobre a ditadura e a modernização do país, Ridenti conclui que “quanto mais a ordem capitalista se consolidar no Brasil, mais revisões historiográficas avançarão no sentido de matizar o uso da força durante o regime militar, ressaltando seu aspecto modernizador, considerado positivo em si mesmo” (Ridenti, p. 46).

De resto, o texto de Ridenti cumpre a contento o seu objetivo, mesmo com as concessões ao revisionismo, e a obtusidade no tratamento de muitos assuntos,

² “Limites a Chávez”, *Folha de S.Paulo*, 17/2/2009.

especialmente na discussão do milagre econômico, em que não se faz menção aos ventos da economia mundial.

Se o artigo de Marcelo Ridenti não comporta maiores problemas, o mesmo não ocorre com a apreciação de Aarão sobre o que chama de “cultura política nacional-estatista” e a discussão de Rodrigo Patto Sá Motta sobre a modernização “autoritário-conservadora” na universidade. Poderia parecer que o único problema do artigo de Aarão está na sua tese de que a ditadura durou 15, e não 21 anos, mas não é assim. Fazendo alusão ao livro de Marc Bloch (*L'Étrange Défaite*, a propósito da derrota da França em 1940), a “estranha derrota” de 1964, que tira de cena o programa das Reformas de Base sem que houvesse resistência, significando uma vitória sobre a “utopia do impasse”, o professor da UFF insiste na tese de que as esquerdas apostaram na radicalização, endossando o ponto de vista expresso por Argelina Figueiredo (1993) e aprofundado por Jorge Ferreira (2003), que compartilham as responsabilidades do golpe entre os golpistas e suas vítimas.

Para o ex-dirigente do MR-8, o discurso hegemônico sobre a ditadura substitui evidências pela vontade e pelo interesse, já que não se poderia atribuir aos militares a responsabilidade única pela ditadura, obscurecendo-se a participação dos civis na construção do regime (Reis, 2004, p.12-13). Aqui se subverte a perspectiva exposta na obra seminal de René Dreifuss (1981) sobre o caráter civil-militar do golpe, retirando-lhe a dimensão de *golpe de classe* e estendendo à “sociedade” em abstrato a sua dimensão civil. Em defesa de Aarão se poderia dizer que a sociedade a qual se refere tem nome e endereço, já que se trata da Igreja, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de outros órgãos da sociedade civil. Mas os problemas permanecem, pois o que se ignora são os interesses materiais de grupos empresariais que apoiaram o golpe e também a ditadura, pondo em movimento um novo processo de acumulação e aprofundamento da dependência e da associação de capitais privados nacionais e internacionais, e não se acrescenta muito ao se falar desses setores da sociedade que apoiaram o golpe. Melhor seria perguntar por que a Igreja, a ABI, a OAB e outras entidades apoiaram o golpe, com que classes ou frações de classes esses setores se alinhavam como a parte orgânica desse processo de hegemonia e a que interesses o golpe e a ditadura atenderam.

Quanto à utilização da larga noção de cultura política nacional-estatista, Aarão alude ao dispositivo estratégico inaugurado na era Vargas, que perpassará outras conjunturas e temporalidades. O professor da UFF se refere à forma como a ditadura de Vargas se apresentou como “‘modelo civilizatório’, orgulhoso de si mesmo, perante a história e o mundo”, antes de se referir à maneira como a memória nacional toma os anos JK que sucederam ao período da “democracia autoritária” inaugurada pela Constituição de 1946 (p.18-19).

Neste ponto, Aarão questiona os detratores de JK, que afirmam que este teria feito um governo entreguista. Referindo-se à sua faceta “nacionalista” (sic) e ao estretecimento de relações com os EUA, o autor cita o “esteio militar” do governo

de JK apenas para inseri-lo na cultura política nacional-estatista, contra toda a historiografia que compreendeu os anos 1950 como de entreguismo, profunda internacionalização do país e endividamento (p.20).

Ao discutir a ditadura militar, Aarão fala de um breve momento em que a cultura nacional-estatista permaneceu em suspenso com a “vitória do internacionalismo liberal”, com o “colapso” definitivo do “populismo” (aspas do autor) para depois retornar pelas mãos de Médici (p.21-23). Em seguida, sem fazer nenhuma menção à situação internacional, passa a discutir o retorno da cultura política nacional-estatista em plena época do milagre brasileiro. Depois se refere à “euforia e autoexaltação” e ao auge do “orgulho patriótico” e da “união nacional” (sic), pretendendo refutar a tese dos comunistas que diziam que o Brasil estava em vias de ser recolonizado (p.24-25).

Antes de falar dos tempos de Lula, o autor afirma que as estruturas sindicais e urbanas não haviam deixado de se expandir durante a ditadura. Sobre a ascensão de Lula e do chamado Novo Sindicalismo, defende que o período militar é uma prova irrefutável de que nem toda a direita brasileira tinha sido liberal (p.26). Em seguida, aponta que a mudança foi a marca da política do governo Lula, embora com a manutenção da cultura política nacional-estatista e a reafirmação da perspectiva policlassista, presente nos governos de Vargas e JK. Em seguida, toma as falas de Lula para enfatizar a sua popularidade e o “fato” de que 11,8 milhões de empregos haviam sido gerados e 20 milhões de brasileiros tinham saído da pobreza (p.28). Para o autor, teria havido nova autocelebração com a confirmação do Brasil como sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

A certa altura do texto de Aarão não se sabe mais se quem fala é o historiador, o ex-militante do MR-8, que teve passagem pelo PT nos anos 1980, ou o entusiasta e propagandista do lulismo. Tomando o governo Lula pelo que ele diz de si mesmo, o autor ignora toda a discussão sobre o assunto, retira conclusões apressadas e cede à tentação da política de conciliação que tanto criticava. Também desconhece as oscilações da economia internacional que permitiram o crescimento econômico durante o governo Lula e termina apresentando esse período da nossa história como de realização da própria Razão Universal.

A ditadura cordial vai à universidade

Se o texto de Aarão tem inúmeros problemas, inclusive se confrontados com seus escritos historiográficos e as posições políticas que defendia há algumas décadas, não é diferente o artigo de Rodrigo Patto Sá Motta, “A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. Para começar, Motta diz ser propício o momento para se produzir “conhecimento mais refinado sobre 1964 e o regime autoritário, superando esquemas simplistas e explicações deterministas que fizeram sucesso décadas atrás”. Para enfatizar sua assertiva, o professor da UFMG e presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) alude às pesquisas recentes que questionaram “esquemas ex-

plicativos” e “modas teóricas” dos anos 1970 e 1980, que consagraram conceitos como “Estados burocráticos-autoritários”, “doutrina (ou ideologia) de segurança nacional”, “Estados terroristas”, que terminaram funcionando como “camisas de força teóricas”, apesar de alguns “*insights* interessantes para a aproximação do tema” que teriam oferecido.

Ao ler o artigo de Motta, o leitor mais atento haverá de se perguntar onde foram parar as denominações habituais para designar os personagens e o regime, tais como ditadura, ditadura militar, ditadores, generais-presidentes, presidentes-ditadores, que funcionam como forma de matizar o discurso histórico crítico diante da tentativa de construção da memória da parte dos vencedores de 1964. Neste aspecto, somente quando se refere ao imaginário da “Revolução de 1964”, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se perfila com a historiografia mais crítica e, ainda assim, se refere ao fato de que os temas da “liberdade” e da “democracia” continuavam a ocupar um lugar importante no imaginário dos “revolucionários” (p.52-53).

Mas é sobretudo quando discute a universidade que Motta aprofunda seu revisionismo, pois, ao discutir as “ambiguidades do regime militar” no espaço acadêmico, o autor se depara com o que chama de “elites intelectuais” seduzidas por estratégias adequadas para aplacar os ânimos (p.55). Quanto a esse ponto, as palavras do autor soam quase como um elogio à reforma universitária dos militares implantada a partir de 1968. Para Motta, o conteúdo da reforma teria sido apropriado pela ditadura, embora fosse “uma demanda da esquerda no pré-1964”, que implicava a “democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de carreira docente atrativa, sobretudo com o regime de trabalho de dedicação integral” (p.56). No final das contas, na relação dos militares com a universidade, prevalecia a “moderação” e os laivos de repressão eram temperados com “negociação e tentativas de acomodação” que “implicavam compromissos de mão dupla” (p.59).

Na sua abordagem, Motta procura desconstruir o arcabouço de denúncias da intelectualidade universitária contra a ditadura. Não há mártires, heróis ou vítimas entre os docentes, muito menos áreas de confronto. “Acomodação e negociação” são as palavras-chave utilizadas pelo autor para reconfigurar a universidade do tempo da ditadura. Com efeito, na sua relação de cordialidade com a universidade, nos jogos de acomodação que implicavam trocas, nem mesmo aqueles que eram considerados marxistas escapavam do abraço interesseiro do regime (p.58). Sendo tolerados em suas cátedras, apesar de umas poucas aposentadorias compulsórias, esses profissionais teriam exercido uma hegemonia cultural sobre o pensamento brasileiro de tal forma eficaz que somente em tempos recentes, tempos de predomínio do revisionismo, diga-se de passagem, essas marcas teriam sido superadas e demovidas.

É claro que Motta não discute os propósitos dos ditadores, articuladores do novo padrão de acumulação capitalista que desenvolveram um projeto de universidade em consonância com os novos tempos de inserção dependente. Basta-lhe tecer

comentários e minudências acerca do que chama de “jogos de acomodação” para enfatizar o aspecto cordial da ditadura e o apoio que os docentes da universidade, muito bem enquistados no ambiente acadêmico, lhe ofereceram em alternativa. É a confirmação daquilo que o professor da UFMG talvez já soubesse, pois os jogos de acomodação se perpetuaram para além da ditadura, se encontrando com as estruturas e personagens dos tempos da democracia.

Algumas palavras finais

A ditadura que mudou o Brasil se enquadra na onda do esforço revisionista que toma boa parte da nossa historiografia e dos nossos historiadores, especialmente se nos referirmos aos textos dos organizadores da obra, com a moderada exceção de Ridenti. Caso se tratasse de um movimento reflexo de deslocamento das interpretações no sentido das novas evidências que vem sendo reveladas com a abertura dos arquivos da repressão e com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, poder-se-ia admitir os termos de uma revisão. Não obstante, é de revisionismo que se trata, pois não são as evidências que determinam a inflexão conservadora da historiografia, mas o fato de que os historiadores optaram por conciliar com a ditadura, passando de armas e bagagens para o campo da memória dos vencedores.

Obviamente que esse deslocamento não se dá sem abalos e a contrapartida desse esforço revisionista é a denúncia sem tréguas de setores críticos que não se furtam a disputar a memória com os vencedores e não se fazem de rogados diante dos seus novos prepostos. A propósito, quando o movimento revisionista se inicia, ainda timidamente nos anos 1990, com a obra de Argelina Figueiredo, quando ele se consolida e se robustece, nos anos 2000, com os trabalhos surgidos do projeto sobre a história oral dos militares do CPDOC-FGV, e quando na década seguinte ele se amplia e ganha adesão de respeitáveis pesquisadores como Daniel Aarão, a quem se soma Jorge Ferreira, já se pode dizer que esse movimento conta com dezenas de pesquisadores sérios que se convenceram que a história escrita da ditadura tinha sido produzida pelos seus opositores.

No campo oposto da contenda, historiadores críticos disputam versões em condições desiguais, bastando que cite, apenas, uma dessas iniciativas presentes em um livro que se pode dizer *manifesto*, organizado por Demian Melo, que adotou o sugestivo título de *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. A obra, como o título aponta, em paráfrase a um texto de Marx, é um debate com representantes do revisionismo como Daniel Aarão e Jorge Ferreira, entre outros. Não se trata de querela pessoal, mas de um desacordo intelectual que se espera continue produzindo o bom combate de ideias.

Referências bibliográficas

- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1991.
FIGUEIREDO, A. C. *Democracia e reformas. Alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

- GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.
- MATTOS, M. B. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *História & Luta de Classes*, nº 1, p. 7-18, abril de 2005.
- MELO, D. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- REIS, D. Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____.; MOTTA, R. P. S.; RIDENTI, M. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. et. al. *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- SIRKIS, A. *Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida*. 10.ed. São Paulo: Global, 1988.
- TOLEDO, C. N. de. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas (SP), Revan, n.19, out. 2004, p.27-48.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

Resumo

O objetivo deste texto é estabelecer um debate com a abordagem de Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta e Marcelo Ridenti contida na obra *A ditadura que mudou o Brasil*. Busco situar os termos da contenda, partindo de uma discussão sobre a memória empreendida pelo professor da UFF e ex-militante do MR-8, Daniel Aarão, para concluir que a inflexão interpretativa sobre o tema da ditadura da parte deste historiador tem relação com sua mudança de posição em relação ao tema, e não às evidências que surgiram nos últimos anos.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Revisionismo; Historiografia; Daniel Aarão Reis.

Abstract

The aim of this paper is to discuss the approach of Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta and Marcelo Ridenti contained in the work *The Dictatorship that Changed Brazil*. I seek to situate the terms of the debate starting with a discussion about memory as undertaken by Reis, former militant of the MR-8, to conclude that the interpretive inflection on the subject of the dictatorship of the historian derives from his change of position in relation to the subject and not from the evidence that emerged in recent years.

Keywords: Military Dictatorship; Revisionism; Historiography; Daniel Aarão Reis.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Ainda a teoria marxista da história

Vivek Chibber

A abolição da família monogâmica

Sergio Lessa

O (re)começo do marxismo althusseriano

Luiz Eduardo Motta

Lenin e a questão agrária

Ligia Osório

Entrevista com Domenico Losurdo

35